

A FACULDADE DE DIREITO DA BAHIA E A GUERRA DE CANUDOS

José Calasans

Em 1897, quando a guerra de Canudos ganhou proporções de crise nacional, a Faculdade de Direito da Bahia estava na infância. Em março do referido ano, mês fatídico da derrota do coronel Antonio Moreira Cesar frente aos jagunços de Antonio Conselheiro, o novo centro de estudos jurídicos do Norte do Brasil não completara seu sexto aniversário de funcionamento, fundado que fora a 15 de abril de 1891. Seu corpo docente, constituído por alguns ilustres sabedores do direito, não desfrutava ainda do alto conceito dos mestres da Faculdade do Recife. Seus alunos não passavam de uns calouros diante da moçada de Medicina, o primeiro colégio acadêmico da cidade do Salvador, donde saíram os doutores da Bahia, peritos na arte de curar e exímios também nas coisas de literatura. Até aquele ano, os estudantes de Medicina haviam dirigido as atividades sociais, culturais e políticas da cidade de Tomé de Souza. Dir-se-ia que a capital baiana, na parte referente às mencionadas atividades, dependia dos rapazes do Terreiro de Jesus e dos caixeiros da Cidade Baixa, com os quais os futuros facultativos dividiam, nem sempre de modo cordial, as tarefas de ação e reação. Pouco antes da queda da monarquia, foram eles os ativos participantes das homenagens de caráter político prestadas a Silva Jardim, por ocasião de sua passagem por Salvador, na mesma oportunidade da visita do Conde d'Eu. Estudantes que sofreram, na histórica oportunidade, as consequências da violência do poder policial, travestido de gente humilde, de ex-escravos, naturalmente reconhecidos à Lei Áurea, que a esposa do conde francês promulgara. Pois bem, na época da guerra de Canudos a liderança política passou das mãos dos estudantes de Medicina para os acadêmicos de Direito. Saiu do Terreiro de Jesus para a Ladeira da Praça. Os fatos aconteceram assim como se vai contar.

O insucesso da expedição Moreira Cesar contra o arraial de Canudos, que seus habitantes denominavam Belo Monte, abalou o país. O oficial vencido e morto viera precedido da fama, apontado como um militar terrível e temido. Julgavam-no

um soldado invencível, a quem o *deus* da guerra protegia. O malogro da sua missão causou verdadeiro pânico. Não era possível que sertanejos bisonhos vencessem homens de armas experimentados. Evidentemente, por detrás do povo sebastianista, outro poder mais alto se alevantava. Canudos era um núcleo restaurador, apoiado por forças monarquistas seguramente fortes. O que estava ocorrendo no sertão do Vaza-barris tinha ramificações em outros pontos do Brasil. Monarquistas daqui e dacolá se entendiam e se articulavam para destruição da jovem república. Os jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, alarmados, divulgavam notícias absurdas em tal sentido. Havia mais, Canudos era a vanguarda da restauração monárquica. Não estava, apenas, porém, na cidade do Bom Jesus Conselheiro, o perigo. Acrescentava-se que a própria Bahia, governo e povo, estava solidária com os conselheiristas, daí a força de que dispunha o Conselheiro para operar, como vinha fazendo, a ponto de vencer três contingentes do governo federal. Sentava-se a Bahia no banco dos réus. Ficava a impressão de que os batalhões a serem enviados para os sertões deveriam também constituir uma expedição punitiva contra a Bahia monárquica, inimiga da república de 89. Distante dos acontecimentos, sem compreender suas verdadeiras origens, a imprensa sulista estigmatizava a gente baiana, jogando sobre seus ombros a responsabilidade do que estava sucedendo. A mocidade acadêmica do Brasil, sem as necessárias informações, passou a aceitar o que se propalava indevidamente. Canudos integrava um poderoso esquema político de feição restauradora, e o povo baiano amparava o projeto de retomo da Casa de Bragança. Pensava-se assim no Brasil.

Era mister esclarecer a situação. Os jornais de Salvador, sem distinções partidárias, estiveram reunidos e publicaram declaração conjunta, elucidando a situação numa nota pequena. Os moços acadêmicos foram além. Lançaram um manifesto, datado de 19 de março de 1897, impresso na tipografia do *Correio de Notícias*, jornal que circulava nesta cidade de Salvador. O documento, assinado por estudantes de Direito, Engenharia Civil e Medicina, teria sido o primeiro pronunciamento coletivo do corpo acadêmico baiano, revestindo-se, por isso

mesmo, de significação histórica. Era a defesa da Bahia feita em termos objetivos. Colocava o problema num plano diferente daquele que vinha sendo apresentado na Capital Federal. Repelindo acusações injustas, dizia o *Manifesto*:

“Espíritos ligeiros, para os quais uma aparência jamais carecerá de provas, fundando-se na pressuposta indiferença dos baianos e na extravagante acusação de cumplicidade ficta, irrisória, absurda, dos poderes do Estado na obra deletéria de um grupo de bandidos sem leis e sem ideais não hesitaram em atirar à Bahia a injúria de uma suspeita eminentemente odiosa, revoltadoramente injusta! ... Por isso nós, estudantes das escolas superiores desta cidade, resolvemos explicar perante os republicanos dos outros estados as razões da nossa atitude, as quais constituem ao mesmo tempo a justificação completíssima do procedimento da Bahia inteira”.

Bem entendido o problema em seu aspecto político, o *Manifesto das Estudantes das Escolas Superiores da Bahia aos seus Colegas e aos Republicanos dos Outros Estados* não situou em seus devidos termos os componentes sociais do fenômeno. Ou melhor, encarou a questão como o vinham fazendo o governo e a imprensa. O Santo Conselheiro orientava uma malta de malfeitores, exclusivamente levados pelo fanatismo, sem nenhum ideal. Afirmavam os jovens baianos:

“O fanatismo rebelado em Canudos é uma nódoa, uma vergonha que cumpre extinguir de pronto e por completo; mas em todos os planos que tem atravessado, desde a resistência oposta aos primeiros contingentes policiais contra de enviados até o último encontro em que, já quase vencido, viu-se de repente salvo e, ainda mais, vitorioso, em consequência da morte de um valente, nem uma só vez chegou a ensombrar, com a ameaça sequer de um perigo, instituições republicanas”.

Convencidos de que a república não estava ameaçada, os signatários do *Manifesto* justificavam perante colegas de outros estados, que haviam revelado

sua preocupação pelo destino das instituições vigentes, a tranquilidade da gente baiana em face dos acontecimentos sertanejos. Próximos do local da insurreição, conheciam sua verdadeira natureza. Não havia motivo para a inquietação do Brasil mal informado. O pronunciamento teve repercussão, sobretudo depois que Rui Barbosa, falando na sua cidade natal, quando a confusão era grande, sentenciou:

“Na sábia inexperiência desses mancebos vi rutilar o gênio, dos antepassados, como se a longa claridade do tempo, coada através de gerações, se refletisse, concentrada por eles, na objetiva de uma lente diamantina. Jovens, fostes vós os estadistas enquanto os homens de Estado se fizeram crianças”.

Noventa e quatro assinaturas apostas ao *Manifesto*. Predominavam os estudantes de Direito, em número de 64, enquanto 18 eram de Medicina e 12 de Engenharia Civil. Alguns nomes se tornaram conhecidos no decorrer da vida profissional ou política. O jurista e político João Mangabeira, Vital Soares (que foi governador da Bahia e vice-presidente eleito do Brasil), Bernardino Madureira de Pinho, Metódio Coelho, Almachio Diniz, no rol dos bacharéis; Francisco de Souza no grupo dos engenheiros; Alvim Martins Horcades, autor de um livro sobre a campanha de Canudos, entre os alunos de Medicina.

A iniciativa do valioso documento partiu da Faculdade de Direito. Exatamente da turma que se diplomou em 1898 e da qual foi orador Vital Henrique Batista Soares, que proclamou:

“quando, naquela tristíssima fase de luta e sobressaltos, o medo invadia os espíritos e o pavor confrangia as almas dos mais fortes; do seio desta Academia soou o toque de rebate – não à convocação da mocidade para as fileiras combatentes contra os fantasmas dos delírios republicanos – mas o chamamento dessas reservas, não manchadas ainda nas lutas da politicagem, para virem dizer, da eminência de suas convicções puras a

verdade dos fatos, que não eram os romances inventados pelos cérebros escaldados...”.

Anos depois, em 1927, escrevendo ao professor Bernardino José de Souza, secretário do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Vital Soares prestou novos esclarecimentos a respeito da ação desenvolvida pelos colegas, dizendo:

“a turma de bacharéis de 1898, justamente a que tendo antes promovido o *Manifesto ao País*, reivindicador da verdade sobre a tragédia de Canudos, se pôs à frente da reação de piedade pelas vítimas da civilização, dessa iníqua civilização que as deixara caírem presas do fanatismo para vir depois puni-las do crime da sua ignorância”.

Terminada, a sangrenta luta dos sertões, voltariam os acadêmicos baianos ao proscênio, numa nova e corajosa declaração, que tomou o título de *À Nação. A Faculdade de Direito da Bahia*. O documento, datado de 3 de novembro de 1897, é um protesto. Nele se condenam os degolamentos de Canudos, praticados nos derradeiros dias da campanha fratricida. Já agora, possivelmente porque seus autores quisessem marcar bem a posição do Direito em face dos crimes cometidos, o manifesto traz, apenas, as assinaturas de estudantes da Faculdade de Direito da Bahia. Os signatários de novembro são em menor número, que os subscritores de março. No *Protesto* figuram apenas 41 nomes, enquanto no *Manifesto* eram 64. Desconhecemos os motivos da diminuição das assinaturas. Procuramos sabê-lo, sem que obtivéssemos qualquer informação esclarecedora. Apuramos, em termos numéricos, que 41 acadêmicos aparecem nos dois documentos, 35 no primeiro e 12 no segundo. Assinaram os dois, entre outros, Metódio Coelho, Vital Soares, Pedro Licínio, Bernardino Madureira de Pinho, Abílio de Carvalho, Celso Spínola, Ariston Martineli, Agenor Martineli, Raul Passos; o primeiro, João Cavalcanti Mangabeira, Ernesto Sá Júnior, Gustavo Kelsch, Almachio Diniz Gonçalves e, finalmente, apenas o último Afonso Glicério da Cunha Maciel Filho, Helvécio Ribeiro de Araújo, Augusto Pedreira Maia,

Eduardo Teixeira, para citar alguns nomes. Não teria sido difícil as assinaturas para o *Manifesto* de março, porém, seguramente, se tornou problemático obtê-las para o *Protesto* de novembro. O primeiro procurava esclarecer uma situação. Era a defesa da Bahia. O segundo verberava contra atrocidades praticadas nos sertões baianos. Era um libelo acusatório. Denunciava um crime. Apontava o vencedor dito civilizado como mais bárbaro do que o vencido considerado fanático. A responsabilidade dos crimes cometidos era atribuída ao Exército Nacional, que voltava vencedor de uma campanha ingrata. A luta fora realmente terrível, numa seqüência de fatos reveladores da incompreensão nacional, da desorganização em que vivíamos. Alguns militares, na fase final da luta, excederam-se desumanamente. A prática da gravata vermelha, isto é, o degolamento, foi realizada sem a menor dúvida. Os depoimentos neste sentido são indiscutíveis. Euclides da Cunha e Alvim Martins Horcades deixaram informações seguras a tal respeito. Seus principais responsáveis teriam sido soldados do sul, que haviam participado de atrocidades iguais nas guerras do federalismo. Traziam dos prélios dos pampas o desamor pela vida do adversário. Os atos vergonhosos de alguns enodoaram a expedição “Artur Oscar”. Não admitiram, os acadêmicos da Faculdade de Direito da Bahia, que a tropa vitoriosa chegasse a Salvador somente para receber entusiásticas manifestações de apreço do governo e do povo. Era necessário que se fizesse ouvir uma voz de protesto, que de balde os moços esperaram surgisse para “vingar o direito, a lei e o futuro da República conculcados e comprometidos no cruel massacre que, como toda a população desta capital já sabe, foi exercido sobre prisioneiros indefesos e manietados em Canudos e até em Queimadas”. O representante da lei, enfatizava o *Protesto*, não podia se colocar acima da lei. Não servia à república, que se queria sustentar e defender, com as revoltantes degolações de Canudos. Concluía o manifesto, de modo enérgico:

“Aquelas mortes pela jugulação foram, pois, uma desumanidade sobreposta à flagrante violação da justiça. Já não há *Caracalás*; e se houvesse os alunos signatários, quebrando embora a estrondo sa harmonia dos hinos

trionfais e o concerto atroz das deificações miraculosas, cumpriram apesar deles o seu dever, proclamando as palavras de justiça e de verdade que aí ficam e que, porventura, concorrerão para impedir no futuro a triste renovação de semelhantes atrocidades”.

O manifesto foi distribuído em avulsos pela cidade, e um dos signatários do pronunciamento, o acadêmico Abílio de Carvalho, intérprete dos seus colegas nas homenagens prestadas aos estudantes de Medicina, que haviam abnegadamente prestado serviços nos hospitais de sangue de Canudos, numa solene cerimônia realizada no salão nobre da Faculdade de Medicina, com a presença do mundo oficial, bateu na mesma tecla do manifesto, asseverando:

“Ser herói não é simplesmente vencer, mas vencer com justiça, respeitando o direito. Não foram heróis os degoladores de Belém, mas foi Cristo sobre a cruz; não foram heróis os que acenderam as fogueiras da inquisição mas os que morreram pela verdade; heróis são todos os que têm sofrido pela ciência, pela justiça, pela humanidade; são finalmente os vencedores que não deslustram o triunfo com o extermínio atroz dos submetidos”.

Os aplausos que tais palavras receberam do auditório, segundo a tradição por nós recolhida, serviriam para comprovar o apoio público à nova manifestação da estudantada da Ladeira da Praça. Contou-nos um velho advogado baiano, Alberto de Oliveira Teixeira, ter visto um estudante de Medicina, Antonio do Prado Valadares, depois mestre consagrado em nosso estado, entregar pessoalmente a alta patente do Exército, durante ato público, um exemplar do manifesto num gesto de evidente tom corajoso. O *Protesto* tornou-se arma do combate que nós denominaríamos hoje *luta pelos direitos humanos*, que tantos entraves encontra. Também nos idos de 97, conforme registrou Vital Soares, a demonstração acadêmica correu perigo. Disse ele:

“Devem lembrar-se os contemporâneos daquela jornada histórica de que tais manifestações não se operaram sem riscos. Ao menos por isso valham mais que outros que surgiram depois, quando já não havia perigos a afrontar”.

Na história deste manifesto consta sempre que seu autor foi o acadêmico de Direito Metódio Coelho (1872-1936), pernambucano, natural de Petrolina, desde cedo vivendo na Bahia, tendo tido destacada atuação no jornalismo, fundador e diretor do *Jornal Moderno*. Aqui também exerceu a advocacia, ocupou cargos públicos, fez política, dedicado amigo de Rui Barbosa, que nele depositava inteira confiança. Duas pessoas coetâneas dos acontecimentos, que figuram no rol dos assinantes do famoso *Manifesto*, deixaram escrito haver sido Metódio Coelho o redator do documento. Uma delas foi o advogado Celso Spínola, que consignou, na *Revista dos Tribunais*, vol. 47, nº 3 (maio-julho/1953):

“Reproduziremos um documento, que se tomou histórico, o vibrante *Manifesto* dos intrépidos estudantes da nossa querida Faculdade de Direito da Bahia, dirigida à Nação, em 1897, condenando o degolamento dos prisioneiros de Canudos pelas forças legais, cujo manifesto foi redigido pelo então já notável acadêmico Metódio Coelho, de saudosa memória”.

A outra declaração peremptória é de Vital Soares, na citada carta a Bernardino de Souza, arquivada no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Na oportunidade, Vital Soares entregou à guarda do sodalício baiano os originais do manifesto, com todas as assinaturas. O documento estava em seu poder desde 3 de novembro de 1897, quando foi assinado, por sinal na data natalícia do futuro governador da Bahia. Por isso mesmo, Metódio Coelho, amigo fraternal, deu ao aniversariante aquele presente, por ele guardado até 10 de dezembro de 1927, quando fez sua doação ao Instituto Histórico. Lê-se na epístola de Vital Soares:

“Conservei-o em meu poder desde sua data – 3 de novembro de 1897, dádiva de Metódio Coelho, seu autor, que entregando-me quis festejar assim o meu aniversário, coincidente no mesmo dia”.

Não havia dúvida a respeito da autoria do já tantas vezes referido documento, Metódio Coelho, juntamente com Abílio de Carvalho e Vital Soares, formava um grupo atuante na área estudantil em 1897. Ele, sobretudo, movimentava os colegas, tomando iniciativas. Foi o primeiro signatário dos pronunciamentos de março e de novembro de 1897. Seria, portanto, o estudante que, redigiu os dois documentos, conhecida que era sua capacidade de escrever. Recentemente, porém, sem discutir o assunto, Francisco Mangabeira, na biografia do jurista e político João Mangabeira, declara haver sido seu ilustre pai o autor do *Manifesto*. Está escrito na obra de Francisco Mangabeira:

“Mas ao se verificar o espetáculo do degolamento de bravos, mas ignorantes sertanejos, João Mangabeira, na Faculdade, redigiu com seu colega de turma Bernardino Madureira de Pinho o vibrante manifesto dos acadêmicos baianos, estigmatizando aquele barbarismo indigno de um povo civilizado e afronta às tradições da Bahia”.

Desconhecemos as fontes usadas pelo professor Francisco Mangabeira. Talvez apenas a tradição oral, conversas de família, de amigos do grande brasileiro. Porque, em verdade, João Mangabeira, por motivos que não apuramos, sequer assinou o manifesto de novembro. Sua assinatura aparece, apenas, no pronunciamento de março, onde está também o nome de um dos seus irmãos, o estudante de Farmácia Carlos Cavalcanti Mangabeira. Nos dois documentos, sim, consta o nome de Bernardino Madureira de Pinho, a quem Francisco Mangabeira atribui a coautoria de redação, diplomando-se no ano da guerra de Canudos, como João Mangabeira. Pelo visto, continuamos afirmando, com fortes fundamentos, que Metódio Coelho foi, realmente, o autor do *À Nação. Faculdade de Direito da Bahia*.

Na publicação comemorativa do 90º aniversário da nossa Faculdade, organizada pelo eminente mestre Orlando Gomes, julguei oportuno evocar este momento de sua história, quando os acadêmicos da época assumiram a responsabilidade de levar ao país esclarecimentos e protestos da maior significação. Dir-se-á que estes manifestos e o discurso de Abílio Carvalho constituem a apresentação da Faculdade à Bahia e ao Brasil, na defesa da verdade, da justiça, dos direitos humanos. Valha, agora, a advertência de Vital Soares nos anos 20, lembrando o feito de 97:

"Nunca o esqueça a nossa Faculdade, só por isto gloriosa, quando, por outros títulos, não o devesse ser".

FONTES

SOARES, Vital. *Discursos e Conferências*. Rio de Janeiro, Livraria Editora Leite Ribeiro, 1929.

BARBOSA, Rui. "Discurso", in *A Bahia* de 25 de maio de 1897.

"Documento Memorável", in *Diário Oficial* (Bahia) de 23 de dezembro de 1927.

Manifesto dos Estudantes das Escolas Superiores da Bahia aos seus Colegas e aos Republicanos dos Outros Estados. Bahia, Tipografia do Correio de Notícias, 1897.

"Campanha de Canudos", in *Revista dos Tribunais*, vol. 47, nº3, Bahia, maio-julho/1953.

Guia da Faculdade de Direito, Bahia, 1955.

MANGABEIRA, Francisco. *João Mangabeira – República e Socialismo no Brasil*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.